

Estudo comparativo do **ensino superior em Turismo** no Brasil e em Portugal

RAUL JOSÉ DE SOUZA * [raulsouza@campus.ul.pt]

HERCULANO ALBERTO PINTO CACHINHO ** [hc@campus.ul.pt]

MANUEL SALGADO *** [manuelsalgado@ipg.pt]

Resumo | Este estudo analisa, de modo comparativo, a realidade do ensino superior em turismo e a sua oferta formativa no Brasil e em Portugal. Neste âmbito, pretende-se conhecer a sua evolução e realidade atual com vista a apontar alguns cenários futuros e desafios comuns que, eventualmente, se desenvolvam em ambos os países no que referente às modalidades de formação superior em turismo, com uma apreciação particular da oferta formativa no ensino politécnico. Constatou-se uma forte expansão desta oferta no ensino superior, com o principal intuito de suprir necessidades de formação e consequente qualificação de profissionais para o setor, representando, também, um desafio para as instituições de ensino que, muitas vezes, perpassou a própria necessidade existente no mercado de emprego. Destaque, contudo, para o papel que tem procurado cumprir o ensino politécnico, no que respeita à oferta de um currículo com orientação vocacional que atenda às necessidades de formação e qualificação tecnológica em turismo, nomeadamente em países de economia emergente.

Palavras-chave | Ensino superior, Politécnico, Turismo, Brasil, Portugal.

Abstract | This study analyses, in a comparative way, the reality of higher education in tourism and its offer in Brazil and in Portugal. In this context, it was intended to understand its evolution and the current reality in order to point out some future scenarios and common challenges that, eventually, could be develop in both countries with respect to the modalities of higher education in tourism. Particular attention was given to the formative offer in polytechnic education system. A strong expansion of this offer in higher education was observed, which primary purpose is to meet the training needs and consequent qualification of professionals in this sector. This also represents a challenge for educational institutions as these needs often pervade the labour market. However, the role of polytechnic education should be highlighted, namely due to the offer of a vocationally-oriented curriculum that meets the needs of training and technological qualification in tourism, particularly in emerging economies.

Keywords | Higher education, Polytechnic, Tourism, Brazil, Portugal.

* **Doutorando em Turismo** pela Universidade de Lisboa (IGOT). **Mestre em Turismo** pela Universidade de São Paulo, e **Bolsista Capes**.

** **Doutor em Geografia Humana** pela Universidade de Lisboa. **Professor Associado** da Universidade de Lisboa e **Membro** do IGOT.

*** **Doutor em Turismo** pela Universidade de Aveiro. **Professor Adjunto** no Instituto Politécnico da Guarda, e **Membro** da UDI/IPG, do GITUR e da GOVCOOP.

1. Introdução

O setor do turismo no Brasil desenvolveu-se de maneira espontânea durante muitos anos no decurso das dificuldades burocráticas inerentes ao processo de formalização empresarial. Considerável parcela destes prestadores de serviços era composta por organizações familiares e de pequeno porte, sendo que o turismo brasileiro ainda é uma atividade que opera com grande participação do mercado de trabalho informal. Contudo, muito há que ser feito em termos de qualidade da oferta de serviços turísticos, sobretudo quanto à oferta formativa da mão de obra qualificada, facto que representa um desafio para a educação superior em turismo no País. Numa análise da realidade portuguesa constatou-se a existência alguns padrões comuns com esta descrição, pois há uma dominância das Pequenas e Médias Empresas (PME) que criam uma grande atomização do setor, realidade que obriga a definir uma política e estratégia setorial no turismo, designadamente em termos da constituição de um sistema educativo e formativo adequado às necessidades do mercado de emprego.

O quadro atual da educação em turismo, existente nos dois países, merece ser investigado de modo aprofundado para compreender a realidade dos sistemas de ensino superior e permitir a comparação possível. Esta análise poderá permitir antever as tendências e sobre elas agir de modo mais eficaz, com vista a permitir ganhos de competitividade mútuos e a nível internacional. Assim, torna-se essencial equacionar os desafios que se colocam no contexto do ensino superior no turismo (secção 3), sobretudo no Brasil e em Portugal, e construir pontes que otimizem os benefícios para as duas comunidades em apreço, que já procuram ativamente fortalecer estes laços de partilha. Por último, aprecia-se de um modo sintético as tendências do currículo no ensino superior com um *design* mais profissionalizante: ensino tecnológico no Brasil e ensino politécnico em Portugal.

2. Ensino superior em Turismo no Brasil

Os cursos de turismo no Brasil datam do início da década de 1970, impulsionados por acontecimentos sociopolíticos que se delinearam a partir de 1960, estando o principal deles associado ao crescimento do turismo embalado pelo “milagre econômico brasileiro” que manifestou a necessidade de qualificação de força de trabalho para suprir o setor (Rejowski, 1996). Assim, em 1971 foi criado o primeiro curso superior de turismo no Brasil, ofertado por uma Instituição de Ensino Superior (IES) do setor privado (Teixeira, 2006). Dois anos mais tarde é criado o primeiro curso superior em turismo numa IES do setor público (Rejowski, 1996). Em termos de currículo, os primeiros cursos superiores ofertavam duas saídas profissionais: a primeira com formação profissional para atuação no setor e a segunda fundamentada nas ciências humanas e sociais.

A partir da década de 1990 verificou-se um crescimento acentuado da oferta de cursos superiores de turismo e/ou hotelaria no Brasil (Ansarah & Rejowski, 1994). Este crescimento foi excepcional, porquanto existiam 33 cursos superiores em 1994, chegando a 284 cursos em 2000 (Teixeira, Fletcher & Westlake, 2000).

Consulta recente no endereço eletrônico oficial do Ministério da Educação (MEC) (2013) apresenta uma interessante, porém inusitada diversidade de denominações utilizadas pelas IES que ofertam cursos sob o tema do turismo no Brasil (Quadro 1). A busca observou denominações com referência à palavra ‘turismo’, obtendo como resultado 26 diferentes destas.

É possível observar que uma boa parte dos cursos tende a estabelecer, ao menos na sua denominação, uma associação entre o estudo do turismo e uma das suas variantes (a gestão, a hotelaria, a cultura, a recreação ou o lazer). Entretanto, há cursos ofertados em região de fronteira entre dois países, Brasil e Uruguai (turismo binacional) cujo *design* curricular contempla as questões do patrimônio histórico-ambiental, tendo em conta peculiaridades

Quadro 1 | Denominações dos cursos de turismo no Brasil

Gestão de hotelaria e turismo	Hotelaria e gestão de empresas de turismo	Turismo e hospitalidade	Turismo – gestão de animação turística
Gestão de negócios em hotelaria e turismo	Lazer e turismo	Turismo e hotelaria	Turismo – gestão hoteleira
Gestão de negócios em turismo	Serviços de turismo	Turismo e lazer	Turismo – indústria de entretenimento
Gestão de turismo receptivo	Turismo binacional	Turismo e meio ambiente	Turismo – marketing do turismo
Gestão de turismo	Turismo cultural	Turismo ecológico	Turismo – planeamento e organização do turismo
Gestão em turismo	Turismo de eventos	Turismo receptivo	
Gestão e desenvolvimento do turismo	Turismo e hospitalidade, gestão empreendimentos turísticos e em eventos em negócios	Turismo	

Fonte: Adaptado de MEC (2013).

políticas, geográficas e sociais de ambos os países. Há, ainda, aquele que parece englobar mais de uma variante num único curso (turismo e hospitalidade, gestão de empreendimentos turísticos e em eventos em negócios). Sogayar e Rejowski (2011, p. 287) argumentam que “isso reforça mais uma vez que o ensino superior em turismo no Brasil, normalmente vinculado a instituições privadas, oscila conforme a sua demanda e a necessidade de qualificação de recursos humanos”. Neste movimento, completam as autoras, se fragmenta em outros cursos da área de hospitalidade, se ‘reinventa’ tanto em relação ao seu formato (bacharelado, de tecnologia ou sequencial) quanto ao seu conteúdo em um corripio de estar alinhado à realidade do mercado.

No Brasil, os cursos de graduação na área do turismo são implementados no subsistema universitário, politécnico e por escolas, faculdades, fundações (do setor público e do setor privado), no nível de graduação (bacharelado, tecnólogo, formação de professores e sequenciais). Regista-se ainda a oferta de programas de pós graduação *stricto sensu* de mestrado (no setor público e setor privado) e um único programa de doutorado (setor privado), bem como a oferta de programas de especialização *lato sensu* (público e privado).

Lima Filho e Queluz (2005) destacam que a constituição de modelos alternativos de ensino superior tem sido adotada pelas reformas educacionais

realizadas nos países da América Latina a partir dos anos de 1990, principalmente mediante a oferta de Cursos Superiores de Tecnologia (CST). Segundo os autores, no Brasil, as instituições federais de educação superior agora não são, exclusivamente, as universidades de pesquisa, mas contam com outros modelos que ofertam, prioritariamente, a formação profissional, através de cursos tecnológicos.

No caso da educação politécnica em turismo, entretanto, e até aonde se constatou, a literatura consoante ao ensino e pesquisa em turismo é praticamente nula, não obstante esta mesma literatura inferir que os primeiros cursos ofertados sobre o tema do turismo e hotelaria se terem desenvolvido no contexto da educação profissionalizante (Cooper, 2007), ou seja, cursos vocacionais direcionados para a atuação dos profissionais na indústria.

3. Ensino superior em turismo em Portugal

As instituições privadas também começaram por apostar notoriamente nesta área de formação em Portugal. Em 1986, através do Despacho Ministerial 126/MEC/86 de 28 de Junho, o Instituto Superior de Novas Profissões (ISNP) cria o Bacharelato em Turismo. Em 1988/89 inicia o Curso de Estudos Superiores Especializados (CESE) em Gestão de Em-

presas Turísticas, em 1994/95 o CESE em Informação Turística e, em 1997/98, a Licenciatura em Turismo, com a duração de quatro anos e com dois ramos, no último, em Gestão de Empresas Turísticas e em Património e Informação Turística. O Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA) a partir do ano letivo de 1986/87 oferece o bacharelato em Técnico de Línguas e Turismo (Despacho n.º 127/MEC/86 – II Série de 28/6/1986). No entanto, a Portaria n.º 891/91 de 30 de Agosto altera a designação para Turismo. O curso de Turismo do Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes (ISAI) (Despacho n.º 129/MEC/86 – II Série de 28/6/1986) confere igualmente o bacharelato a partir desse ano letivo.

Outras instituições privadas entram nesta área de formação, nos finais da década de oitenta e na de noventa, designadamente com os seguintes cursos:

- Instituto Superior Politécnico Internacional (ISPI): Gestão Turística e Hoteleira;
- Instituto Superior de Administração e Línguas da Madeira (ISALM): Técnicas de Turismo e Organização e Gestão do Turismo;
- Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias (ISHT): Gestão de Empresas Turísticas e Hoteleiras;
- Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (ISCET): Guia-intérprete e Gestão de Empresas Turísticas;
- Instituto Superior Politécnico de Gaya (ISPGAYA): Turismo;
- Instituto Superior de Ciências Educativas (ISCE): Turismo, Hotelaria e Termalismo;
- Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias (ULHT): Planeamento e Desenvolvimento do Turismo.

A análise à distribuição dos cursos superiores em turismo em Portugal permite demonstrar que existe esta oferta formativa em todos os distritos e, ainda, nas duas Regiões Autónomas. As diferenças mais relevantes incidem sobre a distribuição do subsistema público e do privado, enquanto o primeiro verifica um certo ordenamento em termos nacionais,

por sua vez, o segundo subsistema regista uma concentração geográfica em torno das duas principais áreas metropolitanas do país, onde existe o maior mercado estudantil.

No âmbito do presente trabalho e tendo por base as nomenclaturas das licenciaturas existentes considera-se que os cursos no domínio do turismo situam-se nas seguintes áreas de estudo da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF; Portaria n.º 256/2005, de 16 de março): 811 - Hotelaria e Restauração; 812 - Turismo e Lazer; 342 - Marketing e Publicidade; 345 - Gestão e Administração. Na abertura do ano letivo 2013/14 contabilizaram-se um total de 2.925 vagas na área do turismo. Desde logo é possível compreender sobre a grande importância que estes cursos assumem nesta área científica da oferta formativa em análise.

Numa primeira observação é possível concluir que dos setenta cursos de 1.º ciclo do turismo uma ampla maioria destes cursos está a ser lecionada no subsistema politécnico e em IES públicas. A análise aos currículos indicia que os cursos, em geral, compreendem muitas componentes disciplinares do *core* do corpo de conhecimento da área científica do Turismo nos domínios do Turismo e Lazer, da Hotelaria e Restauração, da Gestão e Administração aplicadas ao Turismo e Hotelaria. Contudo, continua-se a verificar uma diversidade significativa de subáreas científicas e componentes disciplinares, pelo que existe uma diversidade considerável nas designações dos cursos (14 diferentes nas quatro áreas da CNAEF), o que contribui para certa confusão e falta de legibilidade e comparabilidade nestas ofertas formativas, que resulta em parte de certa confusão da escolha das áreas científicas principais e secundárias das licenciaturas e, conseqüentemente, do enquadramento científico e organização disciplinar das unidades curriculares.

Em Portugal, os cursos de graduação na área do turismo são implementados no subsistema universitário e no politécnico. Estudo de Salgado (2011, p. 108) mostra que a adequação dos cursos superiores ao Processo de Bolonha conduziu à oferta

formativa de 76 cursos de licenciatura na área do turismo (28 no setor privado e 48 no público). É igualmente relevante referir, segundo o investigador que, “os estudos do turismo continuam a verificar uma predominância no subsistema politécnico (63 cursos) face ao universitário (13 cursos)”. Destaque também para cursos classificados em nível do 2.º e 3.º ciclos (mestrado e doutoramento, respetivamente), bem como treze Cursos de Especialização Tecnológica (CET), referenciando, ainda, a existência de quatro universidades públicas (Aveiro, Coimbra, Évora e Algarve) com cursos de doutoramento em turismo já adaptados ao modelo de Bolonha¹.

4. Desafios ao ensino superior em turismo

Considerando os setores do turismo como um complexo sistema de mão de obra intensiva, que exige um número significativo de recursos humanos, há que privilegiar a necessidade de graduados bem treinados, transferindo esta responsabilidade em grande parte para instituições de ensino superior (Tribe, 2003; Baum, 2007), uma vez que a falta de qualificação profissional, sem dúvida, compromete a realização de padrões de qualidade em serviços.

Ao se considerar como referência a metodologia *Tourism Education Quality* TEDQUAL² (Organização Mundial de Turismo (OMT), 1997), verificam-se as principais tendências em educação e formação em turismo, deixando claro a necessidade de maior atenção dedicada ao ensino e à formação em turismo em âmbito global, sobretudo à estrutura curricular dos cursos superiores, bem como uma constante

atualização dos métodos e técnicas de ensino, em conformidade com as mudanças tecnológicas que vêm ocorrendo nos últimos anos.

Contudo, numa análise sobre tendências de pesquisa em educação do turismo tem prevalecido a preocupação dos autores e pesquisadores com ‘o que é’ e o ‘que deve’ ser ensinado – o currículo – (Stergiou, Airey & Riley, 2003; Tribe, 2002), deslocando-se as questões referentes ao procedimento de ensino para o plano secundário de interesse.

A baixa cotação da formação em Turismo, segundo Baum (1994), é uma das principais conclusões da distância entre as qualificações educativas e as competências necessárias na indústria. Neste contexto, Holloway (1993) afirma que é vital um consenso entre os empresários e os educadores acerca da formação profissional, para uma melhor resposta às necessidades da indústria turística.

Não obstante haver conquistado reconhecimento em vários países, a oferta de educação em turismo apresenta desafios aos educadores, porquanto existem diferentes necessidades educativas específicas em turismo pelos *stakeholders* que consideram mais adequadas aos seus propósitos (Cooper & Shepherd, 1997). Além disso, a formação, em contraposição à educação, prevaleceu tradicionalmente na indústria do turismo uma vez que programas de formação profissional desempenharam um papel crucial no fornecimento de competências profissionais durante vários anos (Gillespie & Baum, 2000).

Os desafios enfrentados pelos educadores em turismo, no entanto, são ainda maiores, porquanto grande parte da indústria é composta de pequenos negócios localizados em diferentes regiões geográficas (Sigala & Baum, 2003), havendo dependência da força de trabalho existente constituída de pouca ou nenhuma qualificação. Num estudo sobre educação em turismo no Canadá, MacLaurin (2005) argumenta sobre a disparidade de interesses existentes entre os educadores e setores do governo, embora reconhecendo a necessidade de estabelecimento de uma aliança, com boas perspectivas de fornecimento de profissionais para o futuro.

¹ Não incluído nestes dados o curso de Doutoramento em Turismo da Universidade de Lisboa implementado no ano de 2010, compreendendo este, o quinto programa de doutoramento em Turismo em Portugal (nota dos autores).

² TEDQUAL – acrónimo dos conceitos de Turismo, Educação e Qualidade, refere-se a um Plano de Educação e Formação da OMT, de modo a definir a missão em termos da busca pela qualidade educativa e formação em turismo.

5. Currículo do curso superior de tecnologia em gestão de turismo

Para além da inexistência de literatura, entende-se que há uma considerável corrente que faz coro desfavorável aos cursos de formação estritamente vocacionais com críticas declaradas sobre o foco profissional dos currículos (Inui, Wheeler & Lankford, 2006; Tribe, 2001). Esta linha de raciocínio traduz a opinião comum compartilhada de que a educação superior em turismo deve considerar aspetos de outras Ciências Sociais e Humanas, por um lado, e os aspetos educacionais mais liberais, por outro (Fayos-Solá, 1997; Tribe, 2001).

Não obstante as críticas ao currículo mais profissionalizante, há exemplo da oferta do ensino politécnico em turismo verificado em vários países tais como a Áustria e a Suíça, em que se observa a implementação de um programa educacional em tempo integral em 1994/95 em várias áreas que, por conta dos seus cursos de curta duração e conteúdos de aprendizagem orientados para o trabalho, representam um suplemento e um complemento alternativo e/ou substituto aos estudos universitários (Weiermair & Bieger, 2005).

No caso da oferta dos CST em Gestão de Turismo no Brasil, tem-se percebido um crescimento que está longe de ser considerado moderado. Pesquisa de Ansarah (2002) registou a oferta de seis CST em Turismo no final dos anos de 1990. Contudo, após consulta recente ao MEC, verificou-se a oferta de 19 CST em Gestão de Turismo pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – (IFET), 918 por Universidades e Faculdades de ensino privado e seis cursos ofertados por Universidades e Escolas de ensino público. No entanto, alertam Sogayar e Rejowski (2011, p. 287), “é preciso tomar esses dados com cautela, pois há cursos autorizados e reconhecidos que não abriram turmas, fecharam ou estão em processo de encerramento”.

Contudo, a questão do crescimento sem precedentes do ensino superior em turismo precisa ser vista com cautela, porquanto este pode resultar, su-

postamente, em impactos irreparáveis para os países se realizado de forma inapropriada, sobretudo em países emergentes. Exemplos deste tipo foram percebidos na China (Du, 2003), cujo resultado do rápido crescimento do ensino superior em turismo provocou investimento desordenado e repetitivo, tendo como consequência a dificuldade em atingir a eficiência e o retorno financeiro dos recursos educacionais.

Estudo realizado por Andrade e Kipnis (2010) com estudantes de dez instituições de ensino tecnológico apresenta resultado que indica as três razões mais expressivas pela escolha de um CST na seguinte ordem de preferência: a perspectiva de inserção no mercado de trabalho após a conclusão do curso; a valorização social do diploma tecnológico; e a valorização de suas características de especialização do currículo e de formação mais prática.

No Brasil, atendendo a uma demanda do mercado por especialistas em uma determinada área de conhecimento e orientados por características como foco, rapidez e flexibilidade, os CST em Gestão de Turismo foram, então, criados para dar resposta a este apelo da sociedade. Na rede Federal, estes cursos são implementados e ofertados, maioritariamente, pelos IFET e os alunos se graduam ‘tecnólogos em turismo’.

É relevante destacar neste contexto que o resultado do processo de admissão ao ensino superior através do Sistema de Seleção Unificado (Sisu)³ para admissão em 2012 registrou uma considerável demanda de candidatos aos CST em Gestão de Turismo nos Institutos Federais do Brasil. Os três IFET que obtiveram a maior demanda de candidatos foram, do maior para o menor: IFSP (São Paulo) 10.018; IFS (Sergipe) 7.599; IFPE (Pernambuco) 3.546. Destaque, ainda para o IFS (Sergipe) e IFCE (Ceará), que apresentaram a maior relação candidatos inscritos por vaga.

³ Sistema de Seleção Unificado (SISU): é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de ensino superior brasileiras oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Estes mesmos dados inferem, ainda, que cinco estados do Nordeste brasileiro, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Ceará e Maranhão registraram demanda significativa de candidatos para seus cursos ofertados. Considerando a característica peculiar da região de ser um destino de turismo de sol e mar e, com base naqueles dados, os CST em Gestão de Turismo ofertados pelos IFET parecem vir ao encontro da grande demanda que busca oferta formativa em Turismo naquela região.

Com o objetivo de promover ações de qualificação, o Ministério do Turismo do Brasil (Mtur) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) selecionaram estudantes dos cursos de bacharelado/tecnólogo em turismo e/ou hotelaria para participar do Projeto de Cooperação entre Brasil e Portugal na Área de Qualificação Profissional em Hospitalidade e Turismo. O projeto selecionou cinquenta alunos que participaram, recentemente, do curso de qualificação com duração de dois meses ministrado por um instituto politécnico de Portugal.

Na formação em turismo importa abordar o currículo de educação em turismo que, sob o ponto de vista de Lewis e Tribe (2002), ao analisarem as implicações mais abrangentes da globalização para os currículos dos países em desenvolvimento, constataram a necessidade de um currículo de Educação em Turismo distinto, que reflita singularidade, cultura e história. Assim, no caso do Brasil, torna-se extremamente relevante uma maior atenção à questão do desenvolvimento curricular em turismo.

Todavia, ao longo do desenvolvimento e do estudo e pesquisa em turismo foram surgindo, em nível global, interpretações paradoxais sobre as formas de estruturação curricular. De fato, constituindo-se como a maior indústria do mundo, enquanto tema tem sido estudado por um número cada vez maior de alunos de graduação (Airey, 1997). Entretanto, segundo o autor, os estudos sobre o currículo para o ensino superior em geral, e do Turismo em particular, não estão a receber a devida atenção.

A natureza do turismo como disciplina é tal que permite o tema ser estudado a partir de diferentes perspectivas. Hall (2005) percebe não menos que dezasseis diferentes abordagens disciplinares do Turismo. Entretanto, diferentes maneiras de perceber o turismo representam um dilema ao planejamento do currículo.

Há empresários da indústria no Brasil que chegam a ser céticos quando o assunto é o currículo do turismo ao afirmarem que as escolas de turismo não têm relevância na formação do profissional que ingressa no mercado de trabalho em turismo, havendo quem sugere que o currículo deveria sofrer alterações. Entretanto, é provável que estes empresários estejam expressando seu olhar sobre a formação em turismo no Brasil, comparativamente, com a mesma naturalidade com que manifestaram os empresários do turismo a que se referiu Evans (2001), os quais não consideram uma graduação em turismo um requisito necessário à atuação no setor, segundo o autor, talvez devido ao desconhecimento ou equívoco sobre o que está sendo ofertado em termos de formação em turismo.

No Brasil, diferentes áreas do conhecimento compõem a estrutura curricular dos cursos de graduação em turismo (Carneiro, 2008, p. 149), sendo consideradas essenciais na formação de um profissional do turismo, denotando a característica multidisciplinar e multifacetada dessa formação, muito embora, segundo a pesquisadora, fomente ainda uma polêmica que coloca essa multidisciplinaridade para alguns, como fragmentação do conhecimento, e para outros como “um curso que forma em tudo e nada ao mesmo tempo”, porquanto não há aprofundamento suficiente destas diversas áreas dentro do período mínimo de formação.

Em muitos cursos de tecnologia, a solução dessa polêmica se deu com a eliminação de disciplinas consideradas gerais ou de áreas humanas. O currículo multidisciplinar dos CST em Gestão de Turismo difere significativamente em comparação ao dos cursos de graduação em turismo na modalidade bacharelado, pois aqueles têm como natureza for-

mativa a inserção do aluno no mercado de trabalho, enquanto estes têm direcionamento para formação geral no contexto das ciências sociais, muito embora, o currículo dos CST em Gestão de Turismo contempla, ainda, Unidades Curriculares (UCs) de diferentes áreas do saber tais como: Geografia, História, Sociologia, Administração e outras.

Para além destas, são também componentes do currículo, UCs tais como hotelaria, agenciamento de viagem, organização de eventos, gestão do lazer, técnicas de recreação, que apresentam significativa aderência às competências profissionais necessárias para a função no mercado de trabalho, sobretudo, buscando contemplar as necessidades da região em que se insere a instituição de ensino que oferta o curso no Brasil.

O Quadro 2 ilustra a distribuição das UCs do currículo do CST em Gestão de Turismo de um campus no IFET de São Paulo, bem como a carga

horária. Está dividida em três partes: (UCs) de turismo e de diferentes áreas do saber; (UCs) aderentes às competências profissionais; e (UCs) de línguas e metodologia. Porém, todas elas se interrelacionam ao longo do curso.

Para uma análise comparativa, no que se refere a distribuição das UCs do currículo de um curso superior politécnico em turismo, apresenta-se abaixo uma síntese do *design* curricular de um curso de licenciatura em turismo de um instituto politécnico de Portugal (Quadro 3). Trata-se de uma representação resumida, porquanto procura-se mostrar a distribuição das UCs nos cursos da modalidade politécnica de ensino.

É possível tirarem-se várias conclusões com base na comparação dos dois planos de estudos em apreço, que podem estar relacionadas com os objetivos dos cursos em comparação nos dois subsistemas de ensino superior.

Quadro 2 | Representação do currículo do CST em Gestão de Turismo de um campus do IFSP

	1.º Ano	Total/h	2.º Ano	Total/h	3.º Ano	Total/h
UCs de turismo e diferentes áreas do saber	História da Ciência e da Tecnologia (T)	28,5	Dimensão Espacial do Turismo (T)	42,75	Turismo e Cultura (T)	28,5
	História e Turismo (T)	42,7	Contabilidade e Turismo (T)	28,5	Economia e Turismo (T)	42,75
	Geografia e Turismo (T)	42,7	Gestão de Pessoas em Turismo (T)	28,5	Direito e Turismo (T)	28,5
	Sociologia do Lazer e do Turismo (T) (VC)	42,7	Turismo e Cultura (T)	28,5	Tópicos Avançados em Turismo (T)	28,5
			Finanças e Turismo (T)	57	Gestão Pública do Turismo (T)	42,75
UCs aderentes às competências profissionais	Fundamentos do Turismo 1 e 2 (T) (VC)	99,75	Marketing e Turismo (TP)	42,75	Turismo e Meio Ambiente 1 e 2 (TP)	57
	Organização de Eventos 1 e 2 (TP)	85,5	Transporte e Turismo (TP)	42,75	Projetos e Estudos Turísticos 1 e 2 (TP)	42,75
	Gestão de Empresas de Turismo 1 e 2 (T) (VC)	114	Organização de Eventos 3 (TC)	28,5	Hotelaria 1 e 2 (T) (TC)	85,5
	Pesquisa Mercadológica em Turismo (TP)	42,75	Agenciamento de Viagens 1 e 2 (T) (VC)	114	Alimentos e Bebidas (TP)	42,75
	Captação de Recursos em Turismo (TP)	28,5	Gestão de Empresas de Lazer (T) (VC)	28,5	Estágio em Turismo	360
	Técnicas de Recreação (T) (TC)	42,75	Empreendedorismo e Turismo (TP)	42,75		
UCs línguas e metodologia	Língua Portuguesa (T)	28,5	Língua Inglesa para Turismo (TL)	85,5	Língua Espanhola para Turismo (TL)	71,25
			Metodologia Científica em Turismo (T)	28,5		
Total		598,35		598,5		830,25

Fonte: Adaptado de IFSP (2013).

Legenda: (T) – Ensino Teórico; (TP) – Ensino Teórico Prático; (TL) – Ensino Teórico Laboratorial; (TC) – Trabalho de Campo; (VC) – Viagem de Campo.

Quadro 3 | Representação do currículo de um instituto politécnico de Portugal

	1.º Ano	Total/h	2.º Ano	Total/h	3.º Ano	Total/h
Instituto politécnico Curso: Licenciatura em Turismo	Semestre I					
	Introdução ao Turismo (TP30)	30h	Patrim. Gastronômico (TC4)(TP26)	30h	Tec. Ag. Vgem Oper. Turística (PL30)(TP30)	60h
	Sist. Informação em Turismo (TP30)(PL30)	60h	Geografia de Portugal (TP30)	30h	Itinerários Turísticos (TP30)(PL30)	60h
	Liderança Gestão de Grupos (TP60)	60h	Ambiente e Turismo (TP30)	30h	Animação Turística (TP30)	30h
	Comunicação Desenv. Pessoal (TP15)	15h			Organização Gestão Eventos (TP25)	25h
					Inovação e Empreended. (TP45)	45h
	Semestre II					
	Novos Produtos Turísticos (TP60)	60h	Tec de Guias e Infor. Turística (TP60)	60h	Oper. Turísticas e Transportes (TP30)(PL30)	60h
	Estatística Aplic. Turismo (PL30)	30h	Planeamento Desenv. Turístico (TP30)	18h	Proj. Investigação em Turismo (PL60)	60h
	Empreendimentos Turísticos (TP15)	15h	Marketing Turístico (TP45)	9h	Mercados Turísticos (TP30)	30h
			Interpretação Patrim. Cultural (TP60)	60h	Sociologia do Turismo (TP60)	60h
	Total	270h		237h		430h

Fonte: Adaptado de Instituto Politécnico de Leiria (2013).

Legenda: (PL) – Ensino Prático Laboratorial; (TC) – Trabalho de Campo; (TP) – Ensino Teórico e Prático.

6. Conclusões

O ensino superior no turismo teve início no Brasil anteriormente a Portugal, pelo que o ajustamento e a redução considerável do número de cursos já verificada poderá também ser uma consequência a ocorrer em Portugal, podendo passar-se de um crescimento exponencial para uma oferta diferenciada e mais ajustada à realidade do mercado de trabalho.

Como se constatou, existem diversos desafios que se colocam a nível internacional, que é fundamental que estes dois países tenham presentes para a necessária adequação dos seus sistemas educativos e formativos no turismo, designadamente atribuindo o valor que o currículo pode assumir a nível do desenvolvimento desta área científica emergente.

Não obstante permanecer o debate acerca da característica multidisciplinar da formação profissional em muitos cursos de turismo, percebe-se, porém, com base na análise da estrutura curricular dos cur-

sos de turismo do modelo de ensino politécnico, que esta é composta, invariavelmente, por um conjunto de UCs que prioriza as competências profissionais, as quais representam uma carga horária significativa nos respetivos planos de estudo.

Verifica-se, por conseguinte, o destacado lugar que ocupa a Educação politécnica em turismo, cumprindo com uma de suas principais funções, consubstanciada por um currículo cujo *design* está em estreita relação com uma orientação vocacional, motivado pela necessidade de suprir a demanda de formação e qualificação tecnológica em turismo por meio deste modelo de ensino, nomeadamente em países de economia emergente.

Referências bibliográficas

Airey, D. (1997). After 25 years of development: A view of the state of tourism education in the UK. In E. Laws (Ed.), *The ATTT tourism education handbook* (pp. 9-12). London: Tourism Society.

- Andrade, A., & Kipnis, B. (2010). Cursos superiores de tecnologia: um estudo sobre as razões de sua escolha por parte dos estudantes. In J. Moll (Ed.), *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades* (pp. 175-191). Porto Alegre: Artmed.
- Ansarah, M., & Rejowski, M. (1994). Cursos superiores de turismo e hotelaria no Brasil. *Turismo em Análise*, 5(1), 116-128.
- Ansarah, M. (2002). *Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- Baum, T. (1994). National tourism policies: Implementing the human resource dimension. *Tourism Management*, 15(4), 259-266.
- Baum, T. (2007). Human resources in tourism: still waiting for change. *Tourism Management*, 28, 1383-99.
- Carneiro, A. (2008). *A formação acadêmico-profissional para inclusão social nos cursos superiores de turismo: Dos aspectos socio-econômicos à discussão curricular*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- Cooper, C. (2007). *Turismo: Princípios e práticas*. Porto Alegre: Artmed.
- Cooper, C., & Shepherd, R. (1997). The relationship between tourism education and the tourism industry: Implications for tourism education. *Tourism Recreation Research*, 22(1), 34-47.
- Despacho n.º 126/MEC/86 de 28 de junho. Diário da República n.º 146 – 2º Supl. – Série II. Ministério da Educação e Cultura. Lisboa.
- Despacho n.º 127/MEC/86, de 28 de junho. Diário da República n.º 146 – 2º Supl. – Série II. Ministério da Educação e Cultura. Lisboa.
- Du, J. (2003). Reforms and development of higher tourism education in China. In G. Zhang, X. Wei & D. Liu (Eds.), *Green book of China's tourism development 2002- 2004* (pp. 221-230). Beijing: Social Scientific Literature Press.
- Evans, N. (2001). The development and positioning of business related university tourism education: A UK perspective. *Journal of Teaching in Travel & Tourism*, 1(1), 17-36.
- Fayos-Solá, E. (1997). *An introduction to TedQual: A methodology for quality in tourism education and training*. Madrid: World Tourism Organization.
- Gillespie, C., & Baum, T. (2000). Innovation and creativity in professional higher education: Development of a CD-Rom to support teaching and learning in food and beverage management. *Scottish Journal of Adult and continuing Education*, 6(2), 147-165.
- Hall, C. (2005). *Tourism: Rethinking the social science of mobility*. Harlow: Prentice Hall.
- Holloway, C. (1995). *Towards a core curriculum for tourism: A discussion paper*. London: The National Liaison Group for Higher Education in Tourism.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo [IFSP] (2013). *Projeto pedagógico de curso gestão de turismo*. Acedido a 10 dezembro 2013, <http://www.cefetsp.br/edu/turismo/>
- Instituto Politécnico de Leiria (2013). *Licenciatura em turismo*. Acedido em 10 dezembro 2013, a <http://cursos.ipleiria.pt/Licenciaturas/Pages/mostrarConteudo.aspx?cid=9254#Uz7q1qhdXSg>
- Inui, Y., Wheeler, D., & Lankford, S. (2006). Rethinking tourism education: What should schools teach?. *Journal of Hospitality, Leisure, Sport and Tourism Education*, 5(2), 25-35.
- Lewis, A., & Tribe, J. (2002). Critical issues in the globalisation of tourism education. *Tourism Recreation Research*, 27(1), 13-20.
- Lima Filho, D., & Queluz, G. (2005). Tecnologia e a educação tecnológica: Elementos para uma sistematização conceitual. *Revista Educação e Tecnologia*, 10, 19-28.
- MacLaurin, D. (2005). Tourism education in China: Past, present and future directions. In C. Hsu (Ed.), *Global tourism higher education: Past, present and future* (pp. 1-25). New York: The Haworth Hospitality Press.
- Ministério da Educação [MEC] (2013). *Página oficial*. Acedido a 10 dezembro 2013, em <http://www.mec.gov.br/>
- Organização Mundial de Turismo [OMT] (1997). *An introduction to TedQual: A methodology for quality in tourism educational and training*. Madrid: OMT.
- Portaria n.º 256/2005, de 16 de março. Diário da República n.º 53 – Série I-B. Ministério da Educação. Lisboa.
- Portaria n.º 891/91 de 30 de agosto. Diário da República n.º 199 – Série I-B. Ministério da Educação. Lisboa.
- Rejowski, M. (1996). *Turismo e pesquisa científica: Pensamento internacional versus realidade brasileira*. Campinas: Papirus.
- Salgado, M. (2011). Estatuto científico do turismo no ensino superior português. *Revista Cogitur*, 4(4), 97-114.
- Sigala, M., & Baum, T. (2003). Trends and issues in tourism and hospitality higher education. *Tourism and Recreation Research*, 4(4), 367-375.
- Sogayar, R., & Rejowski, M. (2011). Ensino superior em turismo em busca de novos paradigmas educacionais: Problemas, desafios e forças de pressão. *Turismo, Visão e Ação*, 13, 282-298.
- Stergiou, D., Airey, D., & Riley, M. (2003). The evaluation of the teaching of individual academics in UK's tourism higher education: Developing a construct for teaching profiles. *International Journal of Tourism Research*, 5(1), 62-66.
- Teixeira, R., Fletcher, J., & Westlake, J. (2000). Ensino superior em turismo: Experiência do Reino Unido. *Turismo em análise*, 11, 14-37.
- Teixeira, S. (2006). Cursos superiores de turismo: Uma abordagem histórica (1970/1979). In *Atas do Congresso Brasileiro de História da Educação "A educação e seus sujeitos na História"* (Vol. 4, pp. 2-9). Acedido em 10 dezembro 2013, em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-e-co-autorais-eixo05.pdf>
- Tribe, J. (2001). Research paradigms and the tourism curriculum. *Journal of Travel Research*, 39(4), 442-448.
- Tribe, J. (2002). The philosophic practitioner. *Annals of Tourism Research*, 29(2), 338-57.
- Tribe, J. (2003). Editorial: The Future of Higher Education in Hospitality, Leisure, Sport and Tourism. *Journal of Hospitality, Leisure, Sport and Tourism Education*, 2(1), 1-4.
- Weiermair, K., & Bieger, T. (2005). Tourism education in Austria and Switzerland: Past Problems and future challenges. *Journal of Teaching in Travel and Tourism*, 5, 39-60.